

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA ELEITORAL – ELEIÇÕES 2010

MATERIAL DISPONIBILIZADO

- CD
 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
 - [ARQUIVO COM LINKS ÚTEIS](#)
 - SISTEMAS
 - CNPJ
 - FORMULÁRIOS
 - ORIENTAÇÕES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
COORDENADORIA DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS

DESIGNER E DESENVOLVIMENTO:
SEÇÃO DE SUPORTE E ORIENTAÇÃO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- LEI Nº 9.504/97
(Lei geral das eleições)
- RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10
(Arrecadação, gastos e prestação de contas de campanha)
- RESOLUÇÃO TSE Nº 23.216/10
(Arrecadação de recursos financeiros por cartões de crédito)
- INC TSE/SRFB Nº 1.019/10
(CNPJ dos comitês financeiros e de candidatos, inclusive vices e suplentes)
- CARTA-CIRCULAR BACEN Nº 3436/10
(Abertura, movimentação e encerramento das contas bancárias de campanha)
- PORTARIA CONJUNTA TSE/SRFB Nº 74/06
(Intercâmbio de informações TSE-SRFB)
- IN SRFB Nº 872/08
(Contribuições previdenciárias na campanha eleitoral)

COMITÊS FINANCEIROS

- CONSTITUIÇÃO
- REGISTRO
- ATRIBUIÇÕES
- SRCF

CONSTITUIÇÃO



ATENÇÃO!!! NÃO EXISTE COMITÊ FINANCEIRO PARA COLIGAÇÃO !!!

ART. 5º, I E II, § 4º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

CONSTITUIÇÃO

- CONVENÇÃO:
 - PRAZO: DE 10 A 30 DE JUNHO
- PRAZO:
 - ATÉ 10 DIAS ÚTEIS APÓS A ESCOLHA DOS CANDIDATOS EM CONVENÇÃO

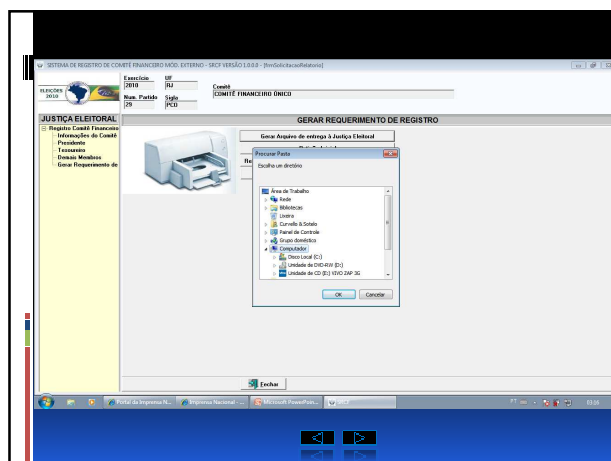
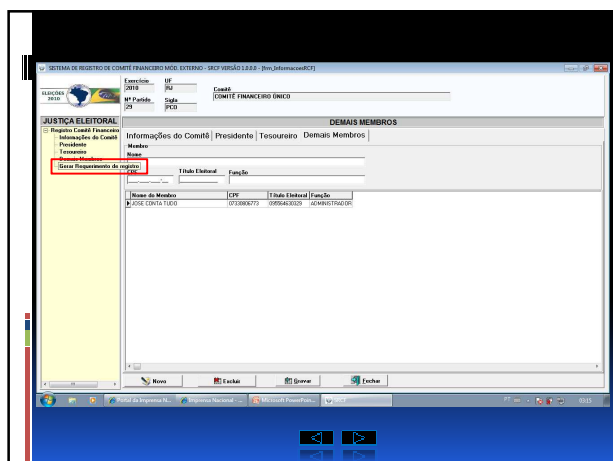
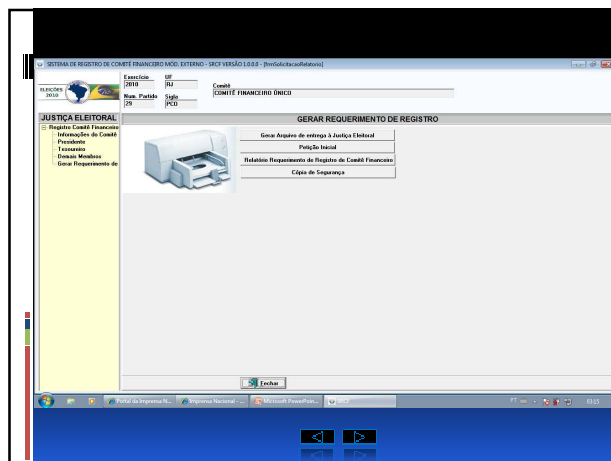
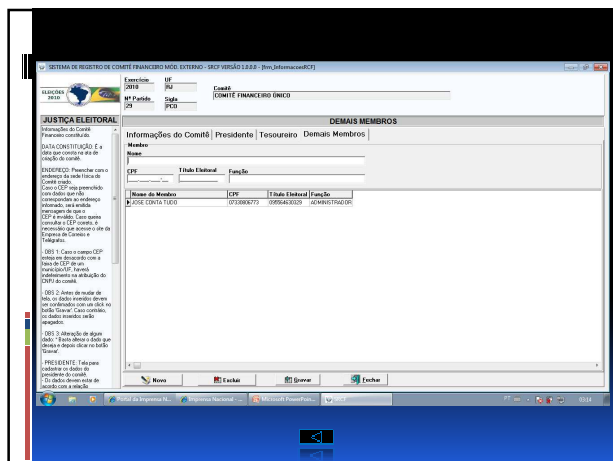
ART. 5º, CAPUT, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

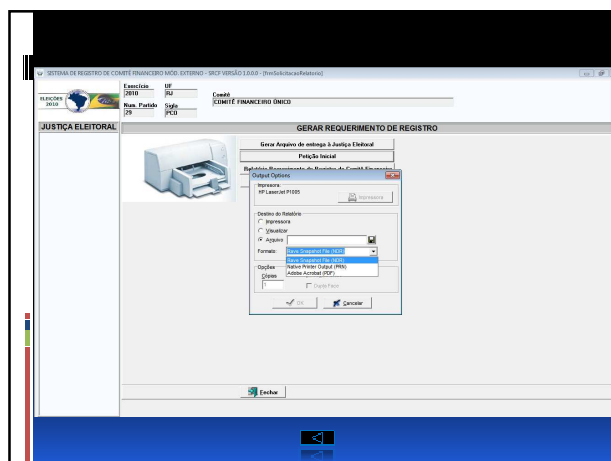
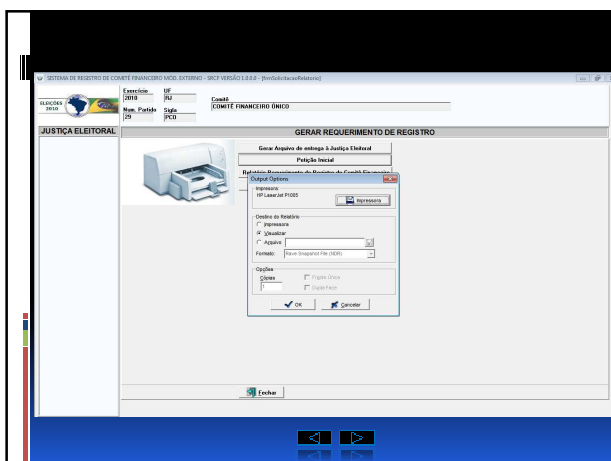
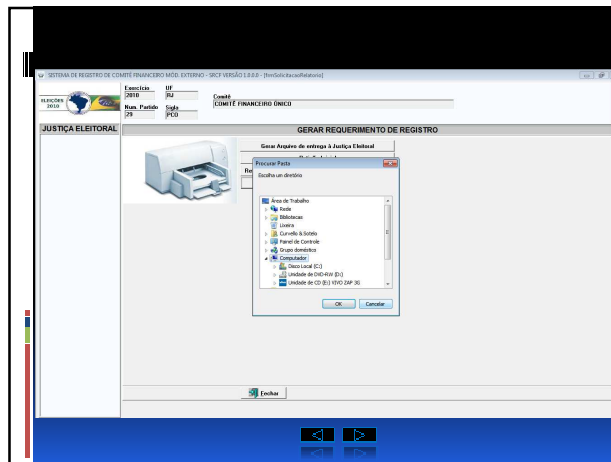
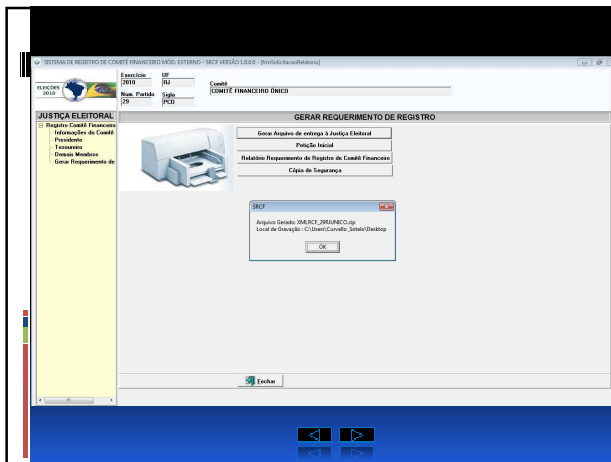
CONSTITUIÇÃO

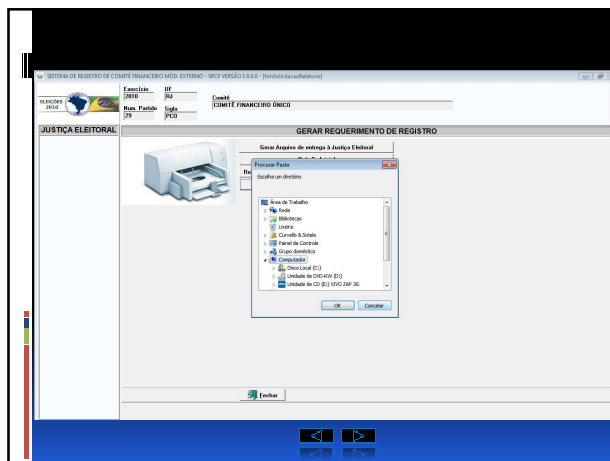
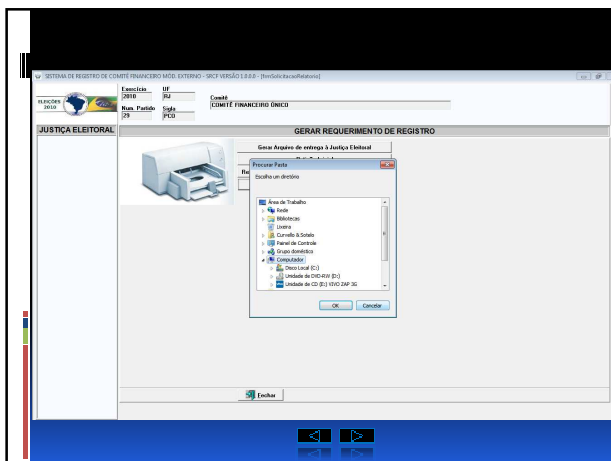
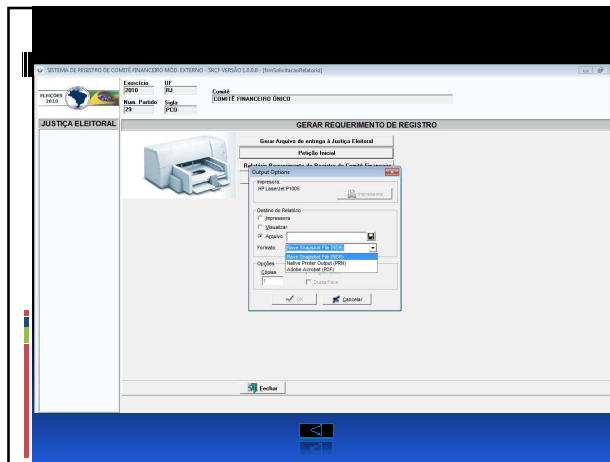
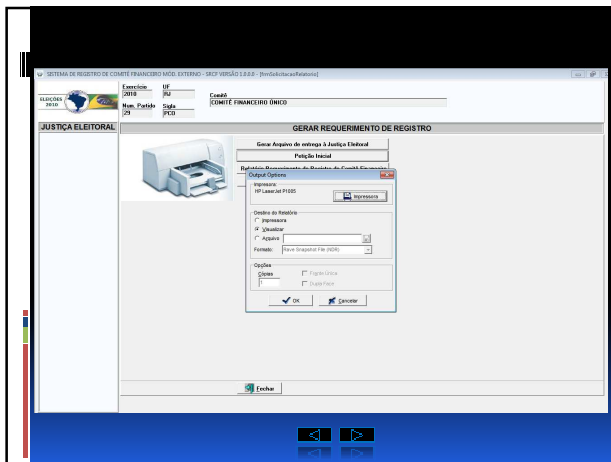
NOVO !!!
PARTIDOS APENAS COM CANDIDATOS A
VICE OU SUPLENTE ESTÃO OBRIGADOS A
CONSTITUIR COMITÊ FINANCEIRO
ESPECÍFICO
(ART. 5º, §5º, DA RES. TSE Nº 23.217/10)

ATENÇÃO!!! NÃO EXISTE COMITÊ FINANCEIRO PARA COLIGAÇÃO !!!

ART. 5º, I E II, § 4º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10







REGISTRO



■ INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS:

- PETIÇÃO INICIAL (SRCF)
- ATA DA REUNIÃO DE CONSTITUIÇÃO
 - ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA
- REQUERIMENTO DE REGISTRO DE COMITÊ FINANCEIRO
 - RELAÇÃO NOMINAL DOS MEMBROS (SRCF)
 - FUNÇÃO / CPF / ASSINATURA
- COMPROVANTE DE REGULARIDADE CADASTRAL
 - CPF DO PRESIDENTE DO COMITÊ FINANCEIRO
- ENDEREÇO E NÚMERO DE FAX (SRCF)

OBS.: APRESENTAR DOCUMENTOS E MÍDIA (CD/DISQUETE/PENDRIVE) NO PROTOCOLO DO TRE-RJ. A MÍDIA FICARÁ RETIDA NOS AUTOS!!!

ART. 8º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

ATRIBUIÇÕES



- ARRECADAR E APLICAR RECURSOS DE CAMPANHA
- ORIENTAR AOS CANDIDATOS
- ENCAMINHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS À J.E.
 - ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS
 - INCLUSIVE VICE E SUPLENTE
 - ELEIÇÕES PROPORCIONAIS
 - CASO OS CANDIDATOS NÃO O FAÇAM
- DISTRIBUIR OU FORNECER A NUMERAÇÃO DOS RECIBOS AOS CANDIDATOS

ARTS. 3º, §2º, II, E 6º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

REGISTRO



■ OBSERVAÇÕES:

- ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS
 - ENTREGA DE NOVO ARQUIVO COM RRCF
 - VÍNCULO-CNPJ DO COMITÊ COM CPF DO PRESIDENTE
 - MUDANÇA DE PRESIDENTE → NOVO CNPJ/NOVA CONTA BANCÁRIA
- POSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIAS
 - PRAZO PARA CUMPRIMENTO – ATÉ 72 h

ART. 8, §2º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

RECIBOS ELEITORAIS

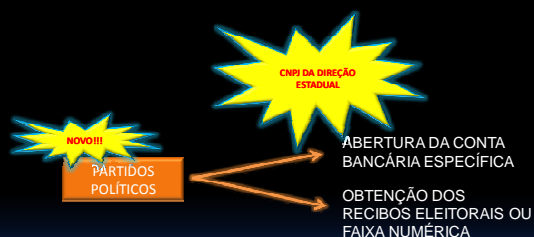


ART. 3º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

REQUISITOS ESSENCIAIS À ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS

- REGISTRO
- CNPJ
- CONTA BANCÁRIA
- RECIBOS ELEITORAIS

REQUISITOS ESSENCIAIS



ART.1º, CAPUT E INCISOS, E 9º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

REQUISITOS ESSENCIAIS



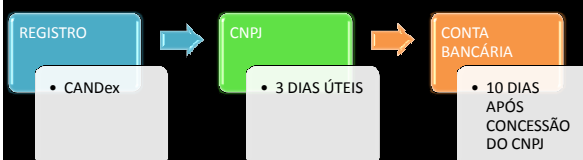
ART.1º, CAPUT E INCISOS, E 9º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

REQUISITOS ESSENCIAIS

EXCEÇÃO!!!
-INSTALAÇÃO FÍSICA DE COMITÊS FINANCEIROS DE CANDIDATOS E DE PARTIDOS:
- PRÉ-REQUISITOS:
- A PARTIR DE 10 DE JUNHO
- DEVIDAMENTE FORMALIZADOS SEM DESEMBOLSO FINANCEIRO
(ART. 21, §§7º E 8º, DA RES. TSE Nº 23.217/10)

ART.1º, CAPUT E INCISOS, E 9º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

REQUISITOS ESSENCIAIS



ART.1º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

CONTA BANCÁRIA

- ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA
 - PRAZO DE ABERTURA: 10 DIAS APÓS OBTENÇÃO DO CNPJ
 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:
 - RACE (ARQUIVO)
 DISPONÍVEL EM: http://www.tre-rj.gov.br/site/eleicoes/2010/prestacao_contas/formularios/race.pdf
 - COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CPF
- DISPONÍVEL EM: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp>
- MOVIMENTO FINANCEIRO DEVE TRANSITAR PELA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA
- NOMENCLATURA DA CONTA
 - ITEM 9 DA CARTA-CIRCULAR BACEN Nº 3436/10
- OBRIGATORIA
 - CANDIDATOS
 - COMITÊS FINANCEIROS
 - PARTIDO POLÍTICO, VICE E SUPLENTE

ARTS. 9º, 10, 11, I E II, E 25, § 9º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

CNPJ

- ATRIBUIÇÃO:
 - PRAZO ATRIBUIÇÃO: 48h
 - PRAZO DIVULGAÇÃO: 3 DIAS ÚTEIS
 - REQUISITO PARA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA
 - CANCELAMENTO AUTOMÁTICO: 31/12/2010
- IMPOSSIBILIDADES TÉCNICAS DE OBTENÇÃO:
 - DV INVÁLIDO
 - CPF INEXISTENTE, CANCELADO OU NULO
 - CAMPO DE CPF COM CARACTER DIFERENTE DE NÚMERO
 - UF OU MUNICÍPIO QUE NÃO CONSTE DA TABELA DA SRFB
 - CEP QUE NÃO PERTENÇA AO MUNICÍPIO

CONTA BANCÁRIA



- PRAZO PARA O BANCO ABRIR A CONTA:
 - 3 DIAS APÓS O PEDIDO DE ABERTURA
- CARACTERÍSTICAS:
 - ISENÇÃO DE TAXAS E/OU DESPESAS DE MANUTENÇÃO
 - VEDAÇÃO À EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO MÍNIMO
 - VEDAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS

ARTS. 10, §§ 4º E 5º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

RECIBOS ELEITORAIS

- OBJETIVO:
 - DOCUMENTOS OFICIAIS ESSENCIAIS
 - LEGITIMAM A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS
- EMISSÃO:
 - OBRIGATORIEDADE PARA **TODAS** AS DOAÇÕES RECEBIDAS
 - INCLUSIVE RECURSOS PRÓPRIOS E ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO

ART.1º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

PARTIDOS POLÍTICOS

NOVO!!!

- ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS
- CONTA BANCÁRIA
- MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS
- PRESTAÇÃO DE CONTAS
- BALANCETES MENSAIS

RECIBOS ELEITORAIS

- FORMAS DE EMISSÃO:



ART.4º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS



- OBEDECER AOS REQUISITOS ESSENCIAIS À CAMPANHA
- DESCRIMINAR TODAS AS ORIGENS E DESTINAÇÕES DE RECURSOS
- EMITIR RECIBOS ELEITORAIS
- RESPEITAR OS LIMITES DE DOAÇÃO
- RESPEITAR AS FORMAS DE ARRECADAÇÃO

ARTS. 1º, 14, §1º, E 16, §3º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

CONTA BANCÁRIA



- PRAZO:
 - 15 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10
- GUARDA DA CÓPIA DOS EXTRATOS PARA AS CONTAS ANUAIS

ART. 9º, §3º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS
 - TODOS OS PARTIDOS
 - MESMO QUEM NÃO OPTE POR ARRECADAR E APLICAR RECURSOS EM CAMPANHA
- ASSINATURA DAS PEÇAS
 - PRESIDENTE E TESOUREIRO DO DIRETÓRIO REGIONAL

ART. 25, CAPUT, INCISO III E § 10, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

- RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO NÃO DEVERÃO TRANSITAR NA CONTA DE CAMPANHA
- RECURSOS ARRECADADOS ANTERIORMENTE À ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA
 - EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS
 - INFORMAÇÃO AOS DOADORES
- CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS, TANTO NA CONTABILIDADE DO PARTIDO QUANTO NO SPCE

RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

BALANCETES MENSAIS



- APRESENTAÇÃO:
 - MODELO EM EXCEL
- JUNHO A DEZEMBRO
 - ATÉ O 15º DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE

ART.17 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 21.841/04

ARRECADAÇÃO DE RECURSOS

- FONTES VEDADAS
- DOAÇÃO
- COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E/OU REALIZAÇÃO DE EVENTOS
- SOBRAS DE CAMPANHA

FONTES VEDADAS



- ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO QUE RECEBA, NA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIA, CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA EM VIRTUDE DE DISPOSIÇÃO LEGAL
- ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA
- ENTIDADE DE CLASSE OU SINDICAL

ART.15 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

FONTES VEDADAS



- ENTIDADE OU GOVERNO ESTRANGEIRO
- ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA OU FUNDAÇÃO MANTIDA COM RECURSOS PROVENIENTES DO PODER PÚBLICO
- CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DE SERVIÇO PÚBLICO

ART.15 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

FONTES VEDADAS



- PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS QUE RECEBA RECURSOS DO EXTERIOR
- ENTIDADES BENEFICENTES E RELIGIOSAS
- ENTIDADES ESPORTIVAS
- ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS QUE RECEBAM RECURSOS PÚBLICOS

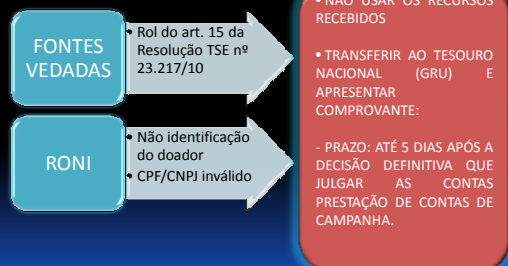
ART.15 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

FONTES VEDADAS

- ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO
- SOCIEDADES COOPERATIVAS
 - DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA
 - BENEFICIADAS COM RECURSOS PÚBLICOS
 - COOPERADOS - CONCESSIONÁRIOS OU PERMISSIONÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- CARTÓRIOS DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

ART.15 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

FONTES VEDADAS E RONI



ART.15, § 1º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

RONI

- NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DOADOR
- CPF OU CNPJ INVÁLIDO

ART. 24 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO



ART. 14, I A VI, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10



DOAÇÃO

- LIMITE
 - PARA RECURSOS PRÓPRIOS:
 - IGUAL AOS LIMITES DE GASTOS DEFINIDOS PARA A CANDIDATURA PELO PARTIDO

ARTS. 16, § 1º, I E II, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO

- RECURSOS PRÓPRIOS
 - FINANCEIROS
 - TRÂNSITO EM CONTA BANCÁRIA
 - EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS
 - ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO
 - SOMENTE SE INTEGRAR O PATRIMÔNIO DO CANDIDATO ANTERIORMENTE AO REGISTRO
 - EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS

DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS

ARTS. 3º, CAPUT, 9º, CAPUT, 16, CAPUT, E 18 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO

- RECURSOS PRÓPRIOS (CONT.)
 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS APLICADOS EM CAMPANHA
 - CONTRAÍDOS PELA PESSOA DO CANDIDATO
 - CONSIDERADOS RECURSOS PRÓPRIOS
 - EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS

NOVO!!!

ART. 17, § 2º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO

▪ DOAÇÃO DE PF E PJ

▫ LIMITE DE DOAÇÃO:

- PARA PF:
 - 10% DOS RENDIMENTOS BRUTOS AUFERIDOS NO ANO ANTERIOR
- EXCEÇÃO:
 - ESTIMÁVEIS EM \$: ATÉ R\$ 50.000,00
 - SÓ PARA BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO DOADOR
- PARA PJ:
 - 2% DO FATURAMENTO BRUTO DO ANO ANTEIOR À ELEIÇÃO DECLARADO A RECEITA FEDERAL



ARTS. 16, § 1º, I E II, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO



▪ DOAÇÃO ENTRE CANDIDATOS, COMITÊS FINANCEIROS E PARTIDOS

- EMISSÃO DE RECIBO ELEITORAL
- NÃO ESTÃO SUJEITOS AOS LIMITES DE DOAÇÃO
 - EXCEÇÃO:
 - DOAÇÃO DE RECURSOS DO PRÓPRIO CANDIDATO

ART. 17, CAPUT E § 1º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO

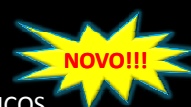


▪ RESTRIÇÃO ÀS DOAÇÕES:

- PARA PF E PJ:
 - SÓ PODEM DOAR O PRODUTO DE SEU PRÓPRIO SERVIÇO OU ATIVIDADE ECONÔMICA
- SÓ PARA PJ:
 - AQUELAS COM REGISTRO DE ATO CONSTITUTIVO EM 2010 **NÃO PODEM DOAR!!!**

ARTS. 1º, § 3º, E 16, § 2º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO



▪ DOAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS

- EMISSÃO DE RECIBO ELEITORAL
- ESPÉCIES DE RECURSOS:
 - ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO
 - FINANCEIROS
 - OUTROS RECURSOS
 - FUNDO PARTIDÁRIO

ART. 17, CAPUT E § 1º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO - ESPÉCIES



RECURSOS FINANCEIROS:

- EMISSÃO DE RECIBO ELEITORAL
- TRÂNSITO EM CONTA BANCÁRIA
- MECANISMOS:
 - CHEQUES CRUZADOS E NOMINAIS
 - TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA
 - DEPÓSITOS EM ESPÉCIE
- PÁGINA DA INTERNET DO CANDIDATO
 - IDENTIFICAÇÃO DO DOADOR
 - ORIENTAÇÕES ([SITE DO TSE](#))



ART. 18, I, II E III, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E REALIZAÇÃO DE EVENTOS

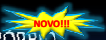
- COMUNICAÇÃO AO TRE-RJ COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 5 DIAS (SUJEITOS À FISCALIZAÇÃO)
- EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS INDIVIDUALIZADOS
- TRÂNSITO EM CONTA BANCÁRIA
- COMPROVAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS
 - APRESENTAR DOCUMENTOS FISCAIS

ART. 19, I E II, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DOAÇÃO - ESPÉCIES

ESTIMÁVEL EM DINHEIRO

- EMISSÃO DE RECIBO ELEITORAL
- RECURSOS PRÓPRIOS
 - SOMENTE SE INTEGRAR O PATRIMÔNIO DO CANDIDATO ANTERIORMENTE AO REGISTRO
- RECURSOS DE PF E PJ
 - DEVEM CONSTITUIR PRODUTO DE SEU PRÓPRIO SERVIÇO OU ATIVIDADE ECONÔMICA
 - BENS PERMANENTES
 - INTEGRAR O PATRIMÔNIO DO DOADOR



ART. 17, CAPUT E § 1º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

SOBRAS DE CAMPANHA



- CONSTITUEM SOBRAS:
 - DIFERENÇA POSITIVA ENTRE RECURSOS ARRECADADOS E OS GASTOS EM CAMPANHA
 - BENS OU MATERIAIS PERMANENTES
- TRANSFERÊNCIA AO PARTIDO POLÍTICO
- DECLARAR E COMPROVAR A TRANSFERÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS
- USO PELOS PARTIDOS
 - COMPROVAÇÃO NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS

ART. 27 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

APLICAÇÃO DE RECURSOS

- LIMITE DE GASTOS
- DEFINIÇÃO
- OBSERVAÇÕES
- COMPROVAÇÃO
- DATA LIMITE

DEFINIÇÃO

- SÃO GASTOS:
 - CONFECCÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE QUALQUER NATUREZA E TAMANHO;
 - CNPJ OU CPF DO CONFECCIONADOR
 - CNPJ OU CPF DO CONTRATANTE
 - TIRAGEM
 - PROPAGANDA E PUBLICIDADE DIRETA OU INDIRETA, POR QUALQUER MEIO DE DIVULGAÇÃO, DESTINADA A CONQUISTAR VOTOS;
 - ALUGUEL DE LOCAIS PARA A PROMOÇÃO DE ATOS DE CAMPANHA ELEITORAL;

ART. 21 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

LIMITES DE GASTOS

- CONCEITO
 - VALOR MÁXIMO DE GASTOS PERMITIDO AO CANDIDATO
- FIXAÇÃO PELOS PARTIDOS:
 - REGISTRO DE CANDIDATURA
 - POR CANDIDATO E CARGO
- COLIGAÇÃO
- VICE E SUPLENTE
 - INCLUÍDOS NOS DO TITULAR
 - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA
- POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO (§§ 6º, 7º E 8º)

ART. 2º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DEFINIÇÃO

- DESPESAS COM TRANSPORTE OU DESLOCAMENTO DE CANDIDATO E DE PESSOAL A SERVIÇO DAS CANDIDATURAS;
- CORRESPONDÊNCIAS E DESPESAS POSTAIS;
- DESPESAS DE INSTALAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE COMITÊS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS ÀS ELEIÇÕES;
- REMUNERAÇÃO OU GRATIFICAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE PAGA A QUEM PRESTE SERVIÇOS ÀS CANDIDATURAS OU AOS COMITÊS ELEITORAIS;

ART. 21, CAPUT E INCISOS, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DEFINIÇÃO

- MONTAGEM E OPERAÇÃO DE CARROS DE SOM, DE PROPAGANDA E DE ASSEMBLHADOS;
- REALIZAÇÃO DE COMÍCIOS OU EVENTOS DESTINADOS À PROMOÇÃO DE CANDIDATURA;
- PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO, TELEVISÃO OU VÍDEO, INCLUSIVE OS DESTINADOS À PROPAGANDA GRATUITA;
- REALIZAÇÃO DE PESQUISAS OU TESTES PRÉ-ELEITORAIS;

ART. 21, CAPUT E INCISOS, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

OBSERVAÇÕES


ATENÇÃO!!!

O BENEFICIÁRIO ESTÁ OBRIGADO A REGISTRAR A DOAÇÃO RECEBIDA COMO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO E EMITIR O RECIBO ELEITORAL!!! (ART. 21, §5º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10)

- SE FOR MATÉRIA DE IMPRESSÃO, PROPAGANDA, JORNAL, REVISTA, FOLHETO, ETC., DOAÇÃO DEVE SER REGISTRADA COMO GASTO SOMENTE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CANDIDATO QUE CUSTEIOU

ART. 21, §§ 1º, 3º, 4º E 5º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DEFINIÇÃO

- CUSTOS COM A CRIAÇÃO E INCLUSÃO DE PÁGINAS NA INTERNET; 
- MULTAS APLICADAS, ATÉ AS ELEIÇÕES, AOS PARTIDOS OU AOS CANDIDATOS POR INFRAÇÃO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL;
- DOAÇÕES PARA OUTROS CANDIDATOS OU COMITÊS FINANCEIROS;
- PRODUÇÃO DE JINGLES, VINHETAS E SLOGANS PARA PROPAGANDA ELEITORAL.

ART. 21, CAPUT E INCISOS, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

OBSERVAÇÕES

- APOIO DE ELEITOR À CANDIDATURA
 - ATÉ R\$ 1.064,10 E DESDE QUE NÃO REEMBOLSADOS (SEM CONHECIMENTO DO CANDIDATO) → NÃO SUJEITOS À CONTABILIZAÇÃO

ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

COMPROVAÇÃO



- DOCUMENTOS FISCAIS
 - EM NOME DO PARTIDO, COMITÊ OU CANDIDATO
 - IDENTIFICAÇÃO DO CNPJ
 - ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA
 - NOTA FISCAL OU RECIBO (SOMENTE NAS HIPÓTESES PERMITIDAS PELA LEGISLAÇÃO FISCAL)
 - PODE SER REQUERIDO A QUALQUER TEMPO PELA JUSTIÇA ELEITORAL

ART. 31 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- OBRIGATORIEDADE
- PARCIAIS
- DATA LIMITE
- OMISSÃO E DESAPROVAÇÃO
- SPCE

DATA LIMITE

- ARRECADAR RECURSOS E CONTRAIR OBRIGAÇÕES
 - ATÉ O DIA DA ELEIÇÃO
 - EXCEÇÃO:
 - EXCLUSIVAMENTE PARA QUITAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDAS E NÃO PAGAS
- DÉBITOS DE CAMPANHA
 - PODERÃO SER ASSUMIDOS PELO DIRETÓRIO REGIONAL
 - DECISÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL COM CRONOGRAMA DE PAGAMENTO E QUITAÇÃO

OBSERVAÇÃO: QUITADAS ATÉ A DATA DA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

ART. 20, CAPUT E §§ 1º E 2º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

OBRIGATORIEDADE

- QUALQUER CANDIDATO
 - INCLUSIVE VICE E SUPLENTE
 - EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE
 - RENÚNCIA/DESISTÊNCIA/SUBSTITUIÇÃO/INDEFERIMENTO/FALECIMENTO:
 - PRESTAR CONTAS DO PERÍODO DURANTE O QUAL FOI CANDIDATO
- COMITÊ FINANCEIRO
- PARTIDO POLÍTICO

OBS: MESMO SEM ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS (PROVA DA AUSÊNCIA → EXTRATOS BANCÁRIOS)

ART. 25 CAPUT, §§1º, 2º, 3º, 4º, 8º E 9º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DATA LIMITE



- PRAZO GERAL
 - PARTIDOS POLÍTICOS, COMITÊS FINANCEIROS E CANDIDATOS (EXCETO CANDIDATO MAJORITÁRIO QUE CONCORRA NO 2º TURNO):
 - ATÉ 2 DE NOVEMBRO
- PARA 2º TURNO:
 - CANDIDATOS QUE CONCORRERAM NO 2º TURNO (PRESTAÇÃO DE CONTAS **COMPLETA**)
 - ATÉ 30 DE NOVEMBRO
 - PARTIDOS E COMITÊS FINANCEIROS (PRESTAÇÃO DE CONTAS **COMPLEMENTAR**)
 - ATÉ 30 DE NOVEMBRO

ART. 26, CAPUT, §§1º, 2º E 3º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

OMISSÃO

- PENALIDADES AOS CANDIDATOS
 - IMPEDE QUITAÇÃO ELEITORAL NO CURSO DO MANDATO A QUE CONCORREU
- NÃO ENTREGA DE DOCUMENTOS QUE POSSIBILITEM À ANÁLISE DOS RECURSOS
 - APÓS 72h DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO → OMISSÃO

ART. 26, §§5º, 6º E 7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

PARCIAIS




- PRAZO 1º PARCIAL:
 - 28 DE JULHO A 3 DE AGOSTO
- PRAZO 2º PARCIAL
 - 28 DE AGOSTO A 3 DE SETEMBRO
- ENVIO PELA INTERNET
 - SITE DO TSE: www.tse.jus.br

ART. 48, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

DESAPROVAÇÃO

- PENALIDADES AOS COMITÊS FINANCEIROS E PARTIDOS POLÍTICOS
 - PERDA DO FP DO **ANO SEGUINTE AO DA DECISÃO**,
 - SEM PREJUÍZO DE OS CANDIDATOS BENEFICIADOS RESPONDEREM POR ABUSO DO PODER ECONÔMICO OU POR OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS

ART. 26, §7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

SPCE 

- APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

ART. 26, §§5º, 6º E 7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.217/10

BOA ELEIÇÃO!!!!

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

WWW.TRE-RJ.GOV.BR

- Menu "Eleições"
 - Submenu "Eleições 2010"
 - Opção "Prestação de Contas"
- Telefones: (21) 3513-8195
(21) 3513-8226